

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

IRES APARECIDA FALCADE-PEREIRA

DIREITOS HUMANOS E A DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NA ESCOLA

PONTAL DO PARANÁ 2015

IRES APARECIDA FALCADE-PEREIRA

## DIREITOS HUMANOS E A DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NA ESCOLA

Artigo apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Direitos Humanos no curso de Pós-graduação em Direitos Humanos, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Maurício Polidoro

Co-Orientadora: Marília Pinto Ferreira Murata

**PONTAL DO PARANÁ 2015**



## PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Co-Orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. **MARÍLIA PINTO FERREIRA MURATA** realizaram em 13/06/2015 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **IRES APARECIDA FALCADE-PEREIRA**, sob o título “*Direitos humanos e a discriminação de gênero na escola*”, para obtenção do Título de Especialista em *Educação em Direitos Humanos* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido nota “9,0” e conceito “APL”.

Matinhos, 13 de junho de 2015.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marília Pinto Ferreira Murata  
Co-orientadora do Curso de  
Especialização Educação em Direitos  
Humanos – Pólo Pontal do Paraná

Prof<sup>a</sup>. Rosane E. Barros Santana  
Tutora do Curso de Especialização Educação  
em Direitos Humanos – Pólo Pontal do Paraná

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Juliana Quadros  
Coordenadora em Exercício do Curso de  
Especialização Educação em Direitos  
Humanos

IRES APARECIDA FALCADE-PEREIRA  
Estudante do Curso de Especialização  
Educação em Direitos Humanos  
UFPR Setor Litoral

“Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais... será obrigatória ...orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana (Declaração Universal dos Direitos Humanos,1948)

## **Agradecimentos**

Agradeço

Aos/as colegas do curso

Aos/as professores/as da UFPR,

Aos/as tutores/as

Ao Coordenador do curso Prof Afonso Tkao Murata

Ao Orientador prof Maurício Polidoro

Aos/as professores/as que colaboraram na pesquisa

Aos familiares

E a Deus pelo dom da vida.

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho de conclusão de curso,  
à todas as mulheres do mundo que,  
mesmo exploradas,  
violentadas dia após dia em seus direitos humanos,  
lutam,  
persistem,  
não desistem de construir  
e acreditar num mundo melhor,  
onde seja bom de se viver  
Onde todos/as sejam reconhecidos e  
respeitados em sua singularidade  
e diversidade.

(FALCADE-PEREIRA, 2015)



## Sumário

|                                  |           |
|----------------------------------|-----------|
| <b>Dedicatória.....</b>          | <b>05</b> |
| <b>Agradecimento.....</b>        | <b>06</b> |
| <b>Resumo.....</b>               | <b>09</b> |
| <b>Abstract.....</b>             | <b>10</b> |
| <b>Introdução.....</b>           | <b>11</b> |
| <b>Desenvolvimento.....</b>      | <b>12</b> |
| <b>Considerações finais.....</b> | <b>24</b> |
| <b>Referências.....</b>          | <b>26</b> |
| <b>Anexos.....</b>               | <b>27</b> |



## **Direitos Humanos e a discriminação de gênero na escola**

Ires Aparecida Falcade-Pereira  
doutoranda UFPR  
[iresfalcade@hotmail.com](mailto:iresfalcade@hotmail.com)

### **Resumo:**

Este artigo teve como objetivo conhecer como os direitos humanos das mulheres são violados pela sociedade através da educação escolar e das relações estabelecidas entre seus estudantes em sala de aula e na escola. Participaram da pesquisa de forma voluntária, aleatoriamente, 6 professores homens e 8 professoras mulheres de uma escola estadual de Curitiba. Foram realizadas entrevistas individuais com roteiro semi-estruturado e procedeu-se a análise dos dados através da Análise de Conteúdo. Os resultados demonstraram que de forma geral todos/as apresentam ainda dificuldades em abordar o tema em suas aulas referentes as relações de gênero, admitindo a importância de se trabalhar o tema e reconhecendo a discriminação arraigada na cultura e reproduzida pela escola. Dos vários encaminhamentos propostos e apontados, aparece o investimento em políticas públicas que primem pela formação continuada de toda a equipe escolar, bem como o trabalho em rede com outros setores sociais de fundamental importância para a superação destas desigualdades e violências. Ao mesmo tempo, reconheceram que a própria escola ainda oferece barreiras e muros difíceis de serem transpostos devido a discriminação e inferiorização da mulher presentes na cultura machista e sexista da sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** violação dos direitos humanos; discriminação das mulheres; práticas educativas; escola; gênero.

## Human rights and gender discrimination in school

### Abstract

This article aimed understanding how the human rights of women are violated by society through education and the relationships established between their students in the classroom and school. Participated in the voluntary survey, randomly, 6 male teachers and 8 female teachers of a public school in Curitiba. Data analysis were conducted individual interviews with semi-structured script and proceeded through the Content Analysis. The results showed that in general all of them are still showing difficulties in addressing the issue in their classes regarding gender relations, admitting the importance of working the issue and recognizing the entrenched discrimination in culture and reproduced by the school. From the various proposed and pointed referrals, one of them is the investment in public policies that excel for continuing education of all school staff, as well as the networking with others social sectors fundamentally important for the overcoming of these inequalities and violences. At the same time, they admitted school still offers barriers and walls hard to be transposed because of the discrimination against women and their inferiority into the macho and sexist culture of Brazilian society.

**Keywords:** violation of human rights; women's discrimination; educational practices; school; gender.

## Introdução

A sociedade brasileira, dentre tantas outras está, apesar dos avanços ocorridos pelas lutas feministas e movimentos das mulheres, entre uma das sociedades que mais viola os direitos humanos das mulheres. Em pleno século XXI ainda a discriminação e a violência praticados contra as mulheres assustam e estão elencadas pelas pesquisas como uma das maiores violações humanas. Dentre elas podemos elencar: mercantilização do corpo, prostituição, turismo sexual, tráfico de pessoas, agressões, assédio sexual, espancamentos, estupros, assassinatos, humilhações e discriminação no mundo do trabalho, agressões físicas e psicológicas, dupla ou tripla jornada de trabalho, dentre tantas outras agressões e desrespeitos muitas vezes praticados de forma silenciosa e invisibilizada pela cultura de privilégios machistas. O pior que esta violação de direitos acontece em sua maioria nos espaços domésticos e educativos onde deveriam ao contrário, proteger e dar condições de desenvolvimento e proteção humanas.

Desta forma, buscando respostas aos motivos desta violência extremada e quase que naturalizada praticadas pela sociedade atual, que representa uma violação dos direitos humanos das mulheres, buscou-se encontrar respostas, investigando junto aos/as professores de uma escola estadual, como estes/as entendiam e trabalhavam este tema em suas aulas. Qual a contribuição para o enfrentamento desta discriminação e inferiorização feminina.

Dos princípios fundamentais citados na Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) em seu art 1º, estão como direitos de todos a garantia: da cidadania, da dignidade da pessoa humana e art 4º: prevalência dos direitos humanos, construção de sociedade livre, justa e solidária, promover o bem estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Como procedimentos metodológicos práticos para atingir aos objetivos propostos foi realizado um questionário/entrevista semiestruturada, distribuídos entre todos os 80 professores/as de uma escola estadual de Curitiba. Destes apenas 15 devolveram espontaneamente, aleatoriamente, dentre estes 6 professores homens e

8 professoras mulheres. Para analisar os resultados utilizamos a análise dos conteúdos a partir das respostas dadas no questionário aplicado.

### **As práticas educativas reproduzidas pela escola**

A escola que temos atualmente é herdeira de uma educação elitista, discriminatória, classista e produtora de desigualdades. Por muito tempo destinou educação diferente para ricos e pobres, para meninos e meninas. Por muito tempo não se pensou em Direitos humanos como conteúdo a ser trabalhado em sala de aula, muito menos da imensidão de pessoas que ficaram fora da escola sem o direito de se alfabetizar. Na prática, a educação não era garantida como direito humano, principalmente para as mulheres.

Aos poucos outros grupos foram ingressando na escola, esta se organizou para atender a todos, mas manteve e mantém a cultura de discriminação e diferenciação entre os gêneros. Para compreender esta realidade é necessário ver e analisar de perto a sua prática pedagógica, suas formas de entender e interpretar as coisas e pessoas, os espaços que ela destina as coisas e as pessoas.

Butler (2006) por sua vez, questiona a naturalização do sexo, mostrando, através de Beauvoir, Wittig e Foucault, que o gênero é uma construção em que *a identidade natural não corresponde à identidade de gênero*. O devir gênero ocorre, por um lado, no corpo culturalmente construído, em um contexto de sanções, tabus e prescrições, e, por outro, na possibilidade de interação, a partir do que é recebido. Ou seja, não somos apenas culturalmente construídos, como, em certo sentido construímo-nos a nós mesmos.

A construção social de cada pessoa homem ou mulher é processada e construída pelas constantes ações e interpretações de si próprio\la, bem como do mundo que o cerca. Louro assim se expressa em relação ao papel e significância da educação:

Através de muitas instituições e práticas, essas concepções foram e são aprendidas e interiorizadas; tornam-se quase “naturais” ainda que sejam “fatos culturais”. A escola é parte importante desse processo. (LOURO, 2010, p. 60).

A escola por muito tempo ensinou as prendas domésticas às mulheres e os meninos no colégio militar, atualmente já não é tão visível e imperiosa a construção da identidade de cada sujeito. Formas sutis e discretas continuam a distinguir corpos e mentes escolarizados.

A disciplina “fabrica indivíduos: ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”. Não é um poder triunfante [...]; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do Estado. (FOUCAULT, 1987, p. 153)

A forma como estabelecemos as relações entre os pares vem carregada da construção social de pessoas, estabelecida nos gestos, olhares, formas de comportar-se que fortemente estão nos espaços escolares reproduzindo a ordem estabelecida.

O processo de “fabricação” dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível. Antes de tentar percebê-lo pela leitura das leis ou dos decretos que instalam e regulam as instituições ou percebê-lo nos solenes discursos das autoridades (embora todas essas instâncias também façam sentido), nosso olhar deve se voltar especialmente para as práticas cotidianas em que se envolvem todos os sujeitos. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja essa: desconfiar do que é tomado como “natural”. (LOURO, 2010, p.63)

Muitas brincadeiras e atividades realizadas na escola e no seu espaço são diferenciadas para o menino e a menina.

O código estabelecido nas relações é incorporado de forma automática. As pessoas vão desempenhando os papéis sem mesmo questioná-los. O sujeito que se faz a si mesmo, é sempre de alguma forma o eu que seleciona dentre inúmeras possibilidades e que é constituído por elas. Desse ponto de vista o eu não é situado - mas segundo Butler:

Constituído por posições e essas posições não são meros produtos teóricos, mas são princípios organizadores totalmente embutidos de práticas materiais e arranjos institucionais, aquelas matrizes de poder e discurso que me produzem como sendo viável. Com efeito, esse eu não seria um eu pensante e falante se não fosse pelas próprias posições a que me oponho, pois elas as que sustentam que o sujeito deve ser dado de antemão, que sustentam que o discurso é um instrumento ou reflexão desse sujeito, já fazem parte do que me constitui (BUTLER, 1998, p.24).

Desconstruir a realidade imposta pela cultura requer um investimento e movimentos sociais intensos. Essa desconstrução passa pela formação de professoras/es retomando a aspiração da sociedade democrática para a partir da Educação propiciar o direito a igualdade, porém

[...] o direito à diferença, ou seja, o direito ao exercício pleno da individualidade, e também o seu aparente reverso – o direito à igualdade, isto é, o de não ser considerado inferior aos demais. Entendemos, portanto, que esta Formação não seria possível fora do contexto de democratização das instituições nacionais e das políticas culturais, à medida que visa capacitar docentes da educação Básica para lidar com questões relativas às desigualdades entre crianças, adolescentes e jovens, particularmente no que se refere às violências de gênero, orientações sexuais e aspectos étnico-raciais presentes no cotidiano escolar. Trata-se, também, da transformação de uma cultura escolar que discrimina e exclui os diferentes, inferiorizando-os, posto que a norma social aprisiona suas identidades, sujeitando-os. (MINELLA & CABRAL, 2009, p.20)

Os/as professores/as responderam, em sua maioria, que apesar de considerar e trabalharem as questões de direitos humanos importantes e fundamentais, se sentem pouco seguros/as e preparados/as para abordar a questão da violência contra a mulher e as discriminações ocorridas. Principalmente quando trabalha com homens encarcerados pela Lei Maria da Penha:

*“me sinto insegura e pouco a vontade, não sei como abordar(iniciar) principalmente quando trabalho com homens que sei que praticaram violência contra a mulher. Necessito de capacitação neste tema.” ( professora A)*

Em sua maioria fica evidente a resistência de perceber o tema de discriminação, inferiorização e violência contra mulher como tema de direito humanos. Todos disseram que trabalham com o tema Direitos Humanos em sala porque consideram importante, porém abordam de forma mais genérica enquanto direitos e deveres de cada cidadão, não trabalhando especificamente a violência contra a mulher neste aspecto.

A escola precisa estar consciente para desconstruir esta forma de viver e perceber o mundo, trabalhar com percepção de que o universo das representações sociais, muitas vezes viciadas inseridas na prática educativa e aceitas como naturais. Tamanini assim se expressa:

[...] um universo de representações, por vezes viciadas, presas a ordens simbólicas genereficadas, como “naturalizadas” em posição de total desigualdade entre homens e mulheres, meninos e meninas, e inseridos em uma matriz de inteligibilidade heteronormativa [...] (TAMANINI, 2009, p.69).

Atualmente a realidade de rebeldia e violência expressa e vivida nas mediações da escola, apresenta uma necessidade de mudança, insatisfação e caos da situação relacional têm repassado pela educação. Partindo disso, observamos um debate emergente na educação do Brasil realizando movimentos e conflitos, apontando para transformações, mudanças nos padrões tradicionais de comportamento. Os padrões estabelecidos até então nas instituições como a família e a escola, apresentam mudanças significativas.

Na esteira da redemocratização no país, amplia-se no Estado o debate sobre cotas, sobre os avanços das lutas feministas e de outros movimentos libertários; alargam-se, portanto, as discussões sobre os direitos humanos, a necessidade de renovação das políticas sociais, as complexas relações entre o local e o global, etc. No entanto, esses avanços que muitas vezes se refletem na legislação, não têm sido suficientes para eliminar e, em certas circunstâncias, combater o preconceito e a discriminação, persistindo os tradicionalismos que colocam permanentemente em risco as liberdades de escolha e de realização individuais (MINELLA & CABRAL, 2009, p.22).

A situação de discriminação social aplicada às mulheres se estende aos jovens pobres os quais, continuam a encontrar uma saída na marginalidade dada a falta de oportunidades de inserção social a começar pela dificuldade da escola em lidar com estes estudantes. A escola se organizou e se organiza ainda, com forte ideologia, para trabalhar com estudantes com razoável nível econômico, brancos, heterossexuais e do sexo masculino. Neste mesmo contexto permanecem as mulheres vítimas de violência física e simbólica, apesar das campanhas de esclarecimento e conscientização. Podemos citar ainda, as crianças que sofrem abusos e constrangimentos de toda a ordem, os negros que continuam a serem discriminados social e economicamente, os homossexuais que tem sido perseguidos e, muitas vezes, assassinados violentamente.

A escola representante legal da educação formal vive também tais conflitos, marcados por um largo horizonte por “avanços que estimulam e retrocessos que abatem” (MINELLA & CABRAL, 2009, p.23).

[...] os riscos servem como desafios e tornam indispensáveis investimentos pedagógicos capazes de instrumentar “as lutas contra as sujeições identitárias”. Embora possamos considerar que a legislação educacional brasileira tenha avançado no sentido de incorporar direitos e valores, não há uma relevância para gênero condizente com a centralidade que esse debate tem assumido na cena contemporânea (VIANNA e UNBEHAUM, 2004, p. 44). Mesmo Orientação Sexual, como Tema Transversal dos Parâmetros Curriculares Nacionais, e leis como a 10.639/2003 – obrigatoriedade de inserir História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede pública, não se concretizam nas práticas sem investimentos sérios e permanentes em formação inicial e continuada de professores (MINELLA & CABRAL, 2009, p.23).

Reconhecer na formação continuada dos/as professores/as e profissionais da educação a necessidade de estabelecer novas formas de viver as questões de gênero inseridas na concepção de vida destes profissionais bem como parte de sua prática pedagógica, pois desta forma perceber o alto potencial de transformação possível apostando no potencial que a escola tem para mudar valores diariamente. Alternando, ao longo dos encaminhamentos necessários para dar conta da alta responsabilidade institucional nela implicada.

Para Saviani (1985, p. 7-34) “a escola não é um espaço neutro e suas práticas reproduzem desigualdades sociais, materializam ideologias e hegemonias, reforçam marginalidades produzidas socialmente”.

Portanto o espaço institucional da escola, é um espaço possível para construir valores que consolidem a democracia, contribuam para uma cultura de paz, igualdade, justiça, solidariedade, diálogo, uma nova forma de se relacionar e que se contraponham àqueles que embasam atitudes preconceituosas e violentas. A escola é igualmente um espaço de resistências. Ela representa lugar de lutas e de reação às formas dominantes de organizar a sociedade, pois, em seu interior, subsistem as mesmas determinações e contradições da sociedade capitalista, reproduzindo-as ou a elas resistindo (GIROUX, 1986, 1987, 1997).

Inclusive os documentos orientam que os Estados

[...] desenvolvam programas e estratégias visando especialmente a ampliar o máximo a educação em direitos humanos e a divulgação de informações públicas nessa área, enfatizando particularmente os direitos humanos da mulher. (MNDH,1993, p.46)

Apesar da grande maioria dos professores/as trabalhar no estado e na função do magistério ha mais de 20 anos, não ficou clara a postura e o reconhecimento do



que significa trabalhar direitos humanos na sala de aula. A maioria das respostas foram genéricas e evasivas, tendo apenas duas que apresentaram uma maior consistência nesta questão.

*“Trabalhar direitos humanos na sala de aula é uma visão progressista e que contribui significativamente para que os trabalhadores/as em educação e os/as alunos/as realizem e tenham uma ação pedagógica que possibilite a formação de um ser humano que, em sua atuação no meio social, leve em conta o respeito aos princípios democráticos e o respeito a liberdade do próximo” (Professor B)*

*“Trabalhar na reconstrução de valores é de suma importância, tendo em vista a amplidão de violências e desrespeito que existe e que se expande no mundo atual.” (Professora C)*

Esta realidade aponta ainda para uma escola conteudista e não de formação integral do ser humano, aponta e evidencia a necessidade de formação constante, pelas constantes evoluções e necessidades humanas.

A formação continuada visa estabelecer esta nova forma de viver as relações humanas e avalizadas socialmente com o objetivo de desvincular a noção de diferença da noção de inferioridade.

[...] reconstruções temáticas, à desnaturalização da experiência e ao engendramento de rupturas na visão de mundo, como também do ponto de vista das possibilidades de construção de novas compreensões sobre a subjetividade e os princípios éticos de igualdade em direção a reflexões mais amplas sobre a justiça (TAMANINI, SANTOS & SARTOR, 2009, p.70).

É necessário o engajamento de todos/as para que se homogeneizem as possibilidades do pensar, de inovar e de ampliar o horizonte de ações e estratégias em direção a mudanças. A busca de respostas adequadas se faz necessária para estabelecer o diálogo entre o suporte teórico e a reflexão prática, fundamentação suficiente para, inseridas na compreensão histórica das desigualdades e assim poder educar para a diversidade estabelecendo uma política emancipatória.

A educação acadêmica impõe-se a necessidade de promover educação como processo de formação de corpos e mentes.

O lugar da compreensão engajada e preocupada em afirmar a diversidade sexual exige as condições para questionar a hegemonia de um único modelo de sexualidade, de um único modelo de vínculo amoroso, a fim de que as pessoas tenham direito a sua dignidade e a fim de que se compreenda que produzir subjetividades na diversidade é produzir uma nova política sobre a vida, os corpos e a sexualidade. Desafiar a hegemonia heteronormativa é o que faz caminhar em direção ao deslocamento dos pontos escuros, do que não foi compreendido, do que está sendo interpretado por antigos padrões, do que está estabilizado e estrategicamente representado, ou o que faz com que muitas desigualdades sejam vividas sem que sequer os grupos, as instituições se deem conta (TAMANINI, SANTOS & SARTOR, 2009, p. 73).

Os temas como gênero, diversidade e questões étnico-raciais, nos mais diversos contextos educacionais, são desafiados a oferecer muitos suportes para que se aprenda a andar pelo campo analítico e epistemológico, como também para que se autonomizem em suas ações e as compreendam como parte constitutiva de uma política que vai para além da escola, ou da figura do/a professor/a, que está em muitos pontos das diferentes esferas educacionais, das diretrizes, do gerenciamento de ações coletivas.

É importante acrescentar aspectos analíticos, fazer perceber os conteúdos das afirmações, ressaltar o conteúdo das experiências em direção à diversidade, produzir reflexão e interação sobre as consequências da heteronormatividade para o campo dos direitos humanos, propiciar desconstrução dos conteúdos homofóbicos, estar comprometido com o processo de formação em questão, que é amplo porque no modo como se delineia a radiografia da educação e o reconhecimento e implementação das pautas de políticas públicas.

O nível de desenvolvimento propiciado aos estudantes deve levar em conta o processo de formação e concepções culturais estabelecidas nas entrelinhas, é importante a desconstrução das percepções ocorridas até então. Os/as professores/as são desafiados a conhecer os conteúdos e esta linguagem subliminar. Para tanto, a formação dos/as professores/as é fundamental, pois o agir, a forma de se posicionar em relação a temas e demandas da sala de aula e do processo educativo de formação, elaborar-se, produzir sua própria formação e a pensar as resistências. Isto porque eles se vinculam a processos homofóbicos, aos silêncios sobre a diversidade, aos conflitos entre escola e família e a várias ordens emocionais, afetivas e simbólicas da vida de todos/as nós. Incluso, no modo como sofremos coerções, sanções e pressões do meio cultural de onde parte a experiência, ou das competições por trabalho e renda, engendradas no contexto de

cidade onde estamos. Sobretudo, quando nela se vislumbra poucas oportunidades à participação coletiva.

Ao serem questionados se consideram importante trabalhar as questões de violência contra mulher, todos responderam afirmativamente essa necessidade e afirmando positivamente que a escola pode contribuir para a superação da cultura desta violência e discriminação.

*“A construção de uma sociedade igualitária e justa passa por uma formação humana na escola e em todas as instituições formativas.” (professor D)*

Poder perceber o enfoque educacional de rechaço ao diferente que a escola reproduz as afirmações culturais presentes nas representações relativas à forma de pensar, organizar, sentir e viver a experiência da sexualidade e nas relações de gênero, dentre tantas demandas sociais. Faz-se imprescindível a de desconstrução dos discursos e das representações de gênero como operações de poder avalizados pela educação e pela escola.

Louro, (2010) observa que nossos questionamentos a respeito destas relações e desigualdades, precisam ir além das perguntas ingênuas e dicotomizadas.

Dispostas/os a implodir a ideia de um binarismo rígido nas relações de gênero, teremos de ser capazes de um olhar mais aberto, de uma problematização mais ampla (e também mais complexa), uma problematização que terá de lidar, necessariamente, com as múltiplas e complicadas combinações de gênero, sexualidade, classe, raça, etnia (LOURO, 2010, p.64 e 65).

Se todos estes arranjos estão inseridos e presentes na escola, não há como negar esta discussão e enfrentamento. É uma tarefa difícil, mas necessária se quisermos construir e fazer valer o direito a igualdade e reconhecimento à cidadania de todas/os.

Compreendemos que resistências, abjeções e imaginário heteronormativo estão no processo de como o sexismo interage na produção das desigualdades e no modo sobre como se escolariza o corpo e as mentes. Isto nos desafiou a pensar como colocar em xeque o caráter generalizador da escola e de como ela também está desafiada a cumprir com os requisitos de certos sistemas de valores, normas, princípios ou padrões sociais que, uma vez aceitos, são mantidos por um indivíduo, classe ou sociedade, e reproduzidos do ponto de vista dos agentes sociais e das instituições. Portanto, muitas vezes, são impeditivos de questionamentos, reformulações e de mudanças nos hábitos institucionais, bem como nos

hábitos imbricados com a ação didática adotada pelo sistema educacional. (TAMANINI SANTOS & SARTOR, 2009,, p. 75)

Faz-se necessário refletir sobre os conteúdos teóricos abordados até então pela estrutura escolar, bem como a incidência destes sobre a prática e a vida dos/as professoras/es bem como, seu significado em termos de desafios a serem assumidos com os seus próprios processos de formação, dos seus/as estudantes.

Ao serem questionados como poderiam abordar o tema para quebrar a cultura social de violência cometida contra a mulher, um professor apontou a questão do cavalheirismo, da não discriminação o que mostra o receio de mudar o padrão estabelecido e a resistência de tornar visível as formas diárias de embotamento da violência. Porém, 6 professores/as apontaram que a maneira para enfrentar esse problema social seria tornar visível através da formação crítica sobre os fatos reais, abordando textos, filmes, documentários, estatísticas que mostram a realidade do país. Um professor não apontou o efeito perverso da omissão, mas não apontou formas de trabalhar o tema:

*“Na medida que se omite, você contribui para a proliferação da violência direcionada pelo senso comum e até mesmo pela mídia” ( Professor E)*

Dentre estas respostas 2 professoras levantaram a importância de trabalhar articulado com outros órgãos que podem acolher e encaminhar as denúncias, se referindo que a escola sozinha não dá conta desta questão. Muitas vezes, dada a cultura machista, a escola não consegue atingir os resultados que gostaria ou havia proposto.

Analisar, rever, buscar compreender as formas de discriminação e manutenção das desigualdades nas relações entre si próprias, professores/as e profissionais da educação bem como nas atividades escolares em sala de aula, nas interrelações entre si (estudantes) ou nas brincadeiras livres do pátio da escola, nas aulas de educação física, nas atividades lúdicas, ou no caminho para casa e para a escola, bem como nas relações sociais de forma geral.

As relações escolares, especificamente as relações entre professor/a estudante são relações hierarquizadas, subjetivizadas, genereficadas e, portanto, reprodutivas de desigualdades e condições desiguais de desenvolvimento entre todos/as. Na construção de indivíduos desempenhada pela escola, os processos de formação observados, trazem arraigados um currículo oculto que mormente é

ignorado em relação ao peso da formação de sujeitos políticos e cidadãos/ãs conscientes de sua condição pessoal.

Ignora-se deste modo, todo um espaço de construção de conteúdo relativo a “ficar”, namorar, e a linguagens genereficadas sobre corpo, sexo, sexualidade, afetos e desejos – conteúdos que poderiam estar em outro lugar e oficializados como parte dos processos de formação ou contemplados em atividades complementares, transversalizadas nas diferentes reflexões de diversas aulas, mas que ficam frequentemente, no riso, na graça, no silêncio, na repressão, no controle ou nas ameaças, resultando inclusive em situações de violência. Todos/as já presenciaram cenas de namoro entre alunos/as na escola, mesmo sendo proibido, e o que aparece sobre isso no material on-line é que “é normal namorar na escola” – , porém é normal até o momento que isso não atinja a direção, o professor ou a família. (TAMANINI, SANTOS & SARTOR, 2009, p. 76)

A forma moralista que a escola funciona nestas questões vem carregada de certa permissividade, porém logo que ultrapasse o limite do que é considerado moral, as penalidades são aplicadas e pouco é discutido esses contextos e seus significados.

Afeto não é tema do currículo, namoro muito menos, e gravidez então, viva o silêncio – não são assumidos como expressão da sexualidade e como parte dos conteúdos da amizade e dos vínculos entre os seres humanos e da sua condição de ser e de crescer, ou das responsabilidades compartilhadas. (TAMANINI, SANTOS & SARTOR, 2009, p. 77)

Se quisermos mudanças, não podemos ignorar essas questões políticas, muito menos a compreensão de que elas deveriam estar pautadas como conteúdos dos currículos, bem como das ações de gerenciamento, das práticas estruturadas e planejadas coletivamente em vista da formação dos professores/as e da prática pedagógica consequentemente. A formação continuada dos/as professores/as poderia aprofundar e se atualizar na construção de um currículo e uma prática pedagógica não discriminatória e não desigual. Buscar e

[...] objetivar mudanças de olhares e de visão de mundo sobre aspectos fundamentais à compreensão conceitual, a respeito de como se posicionar, e sobre como viver a experiência de construir igualdade na prática cotidiana e diária da vida familiar, pessoal e da formação em questão com fins a desconstruir a heteronormatividade em seus sistemas de violência de gênero. Essa formação e a necessidade prática esbarram ou no desconhecimento ou em nortes teóricos sobre corpo, sexualidade, sexo, reprodução, família, violências, intimidade, subjetividades e preconceitos, a respeito dos quais se disse muitas vezes que eram aspectos do foro privado

e, portanto, deveriam ser mantidos no bojo da separação rígida entre o que foi assim considerado, como do privado e separado do público. Em assim sendo, não se podia colocar esses conteúdos em discussão, e nem em exposição, de modo que ficavam invisibilizados os seus engendramentos, os seus significados e o modo como eles interagiam na manutenção de determinados espaços de poder e de desigualdades (TAMANINI, SANTOS & SARTOR, 2009, p. 78 e 79).

Aprendemos a aceitar essas relações desiguais, essa dicotomia, a reprodução de valores bem como a reprodução das normatividades. No contexto escolar, reproduzimos as representações de mundo engendradoras de práticas desiguais que fomos aprendendo e que fizeram o que cada um/a de nós é. Na convivência com esta cultura que separa o público do privado, mas não só, separa a intimidade e a subjetividade de sua dimensão política e o desejo do seu corpo de engendramento – como também a emoção da racionalidade científico-tecnológica, instrumental, pedagógica e, por vezes, até mesmo, da vida do trabalho e da esfera do lazer, fomos inserindo nossa experiência de vida dentro de padrões de silenciamento e omissão, ou de abordagens inadequadas, ao mesmo tempo em que surgem iniciativas desconstrutoras como o que se implantou na experiência do curso em análise. Desconstruir essas vivências é parte do desafio do que constitui essa nova epistemologia em gênero. Todos/as sabemos como esses aspectos, engendrados também para além dessa dicotomia implícita, foram fortemente vinculados às formas de reprodução das normas sociais, que em relação à sexualidade também recolocam naturalmente o modelo heteronormativo como espelho de regramento, normatização, disciplina e normalidade. Assim sendo, não havia possibilidades de discussão em espaços que não fossem os da vivência de cada um, como experiência normatizada, prescrita, vigiada e organizada em forma de norma.

Ao apresentar e levantar as formas ditas como normais e invisíveis de discriminação destes grupos, lembramos ainda dos livros didáticos que em sua maioria aborda e coloca mulheres, negros, homossexuais e lésbicas com funções subalternas, quando os apresentam. Muitas vezes tratam estas pessoas como invisíveis e insignificantes em suas linguagens tanto escritas como imagens. Através das aulas de educação física, visivelmente a concepção de corpo fraco, menos capaz, não permite a realização de certos esportes e atividades para as meninas.

Afirma-se ainda que isto não seja atividade para meninas. Portanto essa realidade mostra que a escola não apenas mantém os padrões cultuados pela sociedade, mas também “fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe” (LOURO, 2010, p.85).

Os/as professores/as apontaram a escassez de material didático e/ou ausência dos mesmos nos livros didáticos, esse seria um dificultador para trabalhar o tema com seus/suas estudantes. Assim sendo, é inevitável ousar e,

[...] inventando formas novas de dividir grupos para jogos ou trabalhos; promovendo discussões sobre as representações encontradas nos livros didáticos ou nos jornais, revistas e filmes consumidos pelas/os estudantes; produzindo novos textos, não sexista, não racista; investigando novos grupos e os sujeitos ausentes nos relatos da História oficial, nos textos literários, nos “modelos” familiares; acolhendo no interior da sala de aula as culturas juvenis, especialmente em suas construções sobre gênero, sexualidade, etnia, etc. Aparentemente circunscritas ou limitadas a práticas escolares particulares, essas ações podem contribuir para perturbar as certezas, para ensinar a crítica e a autocrítica (um dos legados mais significativos do feminismo), para desalojar as hierarquias (LOURO, 2010, p. 124).

Pouco se conseguirá se não quebrarmos os paradigmas estabelecidos pela cultura escolar que reproduz seres humanos preconceituosos, individualistas, competidores, alienados ao capitalismo selvagem que vê as pessoas como fontes geradoras de riqueza, massificando e desrespeitando os direitos humanos de milhões de pessoas que não conseguem sequer ter acesso as condições mínimas de dignidade humana. E infelizmente as mulheres estão colocadas neste grupo com grande vulnerabilidade social. Portanto, todos os esforços em todas as esferas são necessários para desconstrução da ordem estabelecida, começando pela superação dos tabus pessoais.

A escola contempla em seu PPP o trabalho na superação das desigualdades de gênero e discriminação dos Direitos Humanos, apesar das resistências e dificuldades que os/as professores/as apontaram.

## Considerações finais

O caminho para sairmos da situação de inércia social que esta sociedade machista produziu e ainda produz, estabeleceu a favor de alguns, permitirmo-nos que a inquietação e a situação de desconforto gerado por estas desigualdades possam aparecer, possam fazer parte das discussões de sala de aula, para que aos poucos, consigamos avançar em direção da justiça social, da igualdade e equidade merecida por todas/os.

Estabelecer estratégias de intervenção, por menor que seja, produzirá um arejamento das ideias pré-estabelecidas. “Estimular a fala daquelas que tradicionalmente se veem condenadas ao silêncio, por não acreditarem que seus saberes possam ter alguma importância ou sentido” (LOURO, 2010, p. 114).

Promover uma educação libertadora, livre de preconceitos e desigualdades, não sexista é um desafio que deve ser visto como meta para a educação que está acontecendo. As transformações que este olhar novo de se fazer educação com formas mais efetivas de produzir conhecimento novo, através de práticas educativas em sala de aula, bem como ações coletivas e cooperativas entre os/as estudantes que propiciem experienciar formas novas de viver, onde prevaleça a equidade, o respeito, o amor ao próximo, a valorização do diferente, a democracia, a valorização do ser, a autoestima, o reconhecimento e desenvolvimento integral de cada um/a, o comprometimento e cuidado com o/a outro/a e com a sustentabilidade das relações humanas e todas as formas de vida. Enfim que o espaço escolar respeite o/a cidadão/ã, o direito humano independente de seu gênero, etnia ou condição social.

Ao abordarmos o tema discriminação de gênero na escola na perspectiva dos direitos humanos, através deste estudo teórico-prático, analisando as ações educativas reproduzidas pelos/as professores/as na suas aulas e ações na escola que inferiorizam e colocam a mulher em segundo plano, percebemos muitas dificuldades e falta de formação e informação acerca do tema. Arriscaria dizer que ainda há uma cisão de entender que o tema violência contra a mulher é uma agressão ao direito humano da mulher de ter assegurado seu desenvolvimento de forma íntegra. As violações e formas de discriminação contra mulher na ação e



prática escolar que mantém esta inferiorização através dos tempos pela cultura de padrões machistas estabelecidos socialmente, ocupam ainda a condição de invisibilidade. Evidencia a necessidade de formação aos/as professores/as para transformar essa realidade, estabelece reflexão crítica sobre os princípios organizadores totalmente embutidos de práticas materiais e arranjos institucionais, aquelas matrizes de poder e discurso que reproduzem como sendo viável esta diferença. A construção social de cada pessoa homem ou mulher é processada e construída pelas constantes ações e interpretações de si próprio/a, bem como do mundo que o cerca.

Assim sendo, ainda temos o desafio de transformar as estatísticas que retratam a violação dos direitos humanos da mulher no espaço da sala de aula, mas antes disso na formação inicial e continuada dos/as professores/as, gestores e técnicos que atuam e fazem a educação acontecer no espaço escolar e na vida de toda a sociedade. A articulação com a sociedade, o trabalho em rede no combate as violações dos direitos humanos da mulher são fundamentais e imprescindíveis e foi apontado como o melhor caminho para superação das desigualdades sociais. Políticas públicas específicas de enfrentamento são necessárias e urgentes, mas devem caminhar com o monitoramento e ações sociais de todos/as os/as cidadãos/ãs. Uma nova educação é necessária, e ela começa com a educação e formação dos/as professores/as e agentes escolares.

Atualmente o CRAS e as delegacias especializadas da mulher, são espaços que podem ser utilizado para o apoio e enfrentamento a esta dura realidade. Combater e denunciar a mídia que agride e oprime a mulher colocando-a como objeto de desejo e consumo é fundamental pra quebrar a cultura machista que fere os direitos femininos.

Lembrar ainda que ao evitar contar histórias e brincadeiras que discriminem a menina é parte importante no avanço rumo ao empoderamento e superação das desigualdades. Não podemos esquecer que a mulher na era atual está adoecendo, sendo esta uma violência que não possui estatísticas nem reconhecimento, pelo acúmulo de tarefas e funções, desempenha dupla ou tripla jornada de trabalho. Em muitos lares brasileiros, a mulher ao sair para o mercado de trabalho assumiu para si as responsabilidades de manutenção e sustento da família, boa parte dos homens usam seus salários para seus interesses particulares, não assumindo e se comprometendo com a família.

## Referências

BUTLER, Judith. **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós- modernismo.** In: BESSA, Karla Adriana Martins (orga). *Cadernos Pagú*. Campinas:Núcleo de estudos de Gênero/UNICAMP, v.11, p. 11- 42,1998.

BUTLER, Judith. **Regulaciones de Género.** Revista de estudios de género. nº 23.Guadalajara, México, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de janeiro: Edições Graal, 1987.

GIROUX, Henry. **Teoria crítica e resistência em educação.** Petrópolis: Vozes, 1986.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Ed Petrópolis: Vozes,2010.

MINELLA & CABRAL, Luzinete Simões e Carla Giovana. **Práticas pedagógicas e emancipação: gênero e diversidade na escola.** Florianópolis : Ed. Mulheres, 2009.

MNDH. Direitos Humanos – **declaração e programa de ação de Viena.** Trad Magda Furtado de Queiroz. Rio de Janeiro: MNDH/ISER, s/d p. 45-46. (coleção direitos humanos 5).

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia.** São Paulo: Cortez, 1985.

TAMANINI, SANTOS & SARTOR, 2009, **Gênero, sexualidade e relações Étnico-raciais: limites e desafios.** In Práticas pedagógicas e emancipação: gênero e diversidade na escola /org. Luzinete Simões Minella e Carla Giovana Cabral. – Florianópolis : Ed. Mulheres, 2009.

VIANNA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. **Gênero e políticas da educação: impasses e desafio para a legislação educacional brasileira.** In: SILVEIRA, Maria Lúcia da; GODINHO, Tatau (orgs.). *Educar para a igualdade: gênero e educação escolar.* São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo; Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 19-47.

## Anexos

### Anexo I

#### **Direitos Humanos: discriminação de Gênero na escola** **Entrevista com professores e professoras da rede estadual de ensino**

1-Identificação:

( ) Professor      ( ) Professora

2- Tempo de atuação no Magistério:

( ) de 0 a 5 anos                      ( ) de 6 a 10 anos  
( ) de 11 a 19 anos                      ( ) mais de 20 anos

3- Você reconhece a importância de trabalhar o conteúdo de Direitos Humanos na sala de aula?

( ) sim    ( ) não

Justifique sua resposta:-----

-----  
-----  
-----

4- Que temas de Direitos Humanos você trabalha em suas aulas?

( ) igualdade de direitos e deveres                      ( ) igualdade de gênero  
( ) discriminação de gênero                      ( ) violência contra mulher  
( ) violência contra criança, adolescente e idoso/a

Outros-----

-----  
-----

5- Você considera importante abordar o tema violência contra mulher com seus estudantes?

( ) sim    ( ) não  
( ) só com homens  
( ) só com as mulheres

6- Na sua opinião, a escola contribui para superar a cultura de violência e discriminação contra a mulher?

( ) sim      ( ) não

Como-----

-----

7- Os/As estudantes aceitam trabalhar o tema de violação dos direitos da mulher?

( ) Sim      ( ) não  
( ) Só os homens  
( ) só as mulheres

8- Informações complementares-----

-----  
-----

**Obrigada pela sua contribuição!**

